

ATA NÚMERO DOIS

Aos treze dias do mês de dezembro de 2019, nas instalações do Estabelecimento Prisional de Coimbra, sitas na Rua da Infância, n.º 23, em Coimbra, reuniu o júri do procedimento concursal Ref.ª «Distrito de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém e Viseu» (referência 234/AT/2019), para constituição de reserva de recrutamento na carreira e categoria de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais — Estabelecimentos Prisionais, Centros Educativos, Equipas de Reinserção Social e Equipas de Vigilância Eletrónica do Continente e das Regiões Autónomas, cujo Aviso (extrato) n.º 14683/2019, foi publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 181, de 20 de setembro, e publicitado na BEP com o número OE201909/0437, estando presentes os seguintes elementos:

Presidente:

Ana Paula Martins dos Santos Sobral, Adjunta da Direção do Estabelecimento Prisional de Coimbra;

Vogais:

Maria da Conceição Coelho Rodrigues Dixe, Coordenadora de Equipa do Centro Educativo dos Olivais;

Cristina Nunes Figueiredo, Técnica Superior do Núcleo de Apoio Técnico do Centro, da Delegação Regional de Reinserção do Centro.

A presente reunião teve como objetivo:

- 1) Dar cumprimento ao n.º 1 do artigo 21.º da Portaria n.º 125-A/2009, de 30 de abril, ou seja, proceder à verificação dos requisitos de admissão ao procedimento concursal por parte dos candidatos;
- 2) Notificar os candidatos com pretensão de exclusão e respetiva causa;
- 3) Determinar qual o método de seleção obrigatório a aplicar a cada candidato;
- 4) Marcação da data, hora e local da realização do primeiro método de seleção - prova de conhecimentos.

1. Admissão/exclusão dos candidatos

1.1 Para o Distrito de Aveiro

O Júri constatou que deram entrada vinte e oito candidaturas.

Após análise das candidaturas o júri deliberou por unanimidade:

a) Admitir os seguintes candidatos:

- Ana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira
- Andreia Filipa Bastos de Pinho
- António Jorge Soares Almeida



- Carla Filipa Santos Rocha
- Cláudia Daniela Teixeira Pinto dos Santos
- Érica Alexandra Godinho Gonçalves
- Fernanda Maria Matos Proença
- João Pedro Valente Serdoura dos Santos
- Lília Maria de Almeida Simões
- Liliana Andreia Oliveira Pereira
- Luís Filipe Paulos Soares
- Luísa Maria Santos Oliveira
- Maria Manuela Breda da Costa Louçano
- Mónica Solange Oliveira Correia
- Nuno Jorge Mamede de Sousa Torres
- Paulo Jorge Gonçalves da Silva
- Sara da Costa Giestinhas
- Teresa Maria Marques Ferreira
- Tiago Filipe da Silva Ramalho

Handwritten signature and initials in blue ink.

b) Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

i. Por não ter junto a declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, com data posterior à publicitação do presente procedimento concursal, conforme exigido na alínea d) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Maria Odete Janela Nogueira da Silva

ii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Alberto João Pinto Sampaio
- Ana Catarina Jorge Silva
- Carina José Oliveira Romano
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- Jorge Filipe Teixeira Alvarenga
- Patrícia Néri de Sousa
- Rui Pedro Batalha Gomes
- Susana Raquel Alves Moreira

1.2 Para o Distrito de Castelo Branco

O Júri constatou que deram entrada quinze candidaturas.

Após análise das candidaturas o júri deliberou por unanimidade:



a) Admitir os seguintes candidatos:

- Ana Cristina Duarte Baptista
- Fernanda Maria Matos Proença
- Isabel Maria Carrola Pereira
- Jorge Manuel Ribeiro De Almeida
- Luís Filipe Paulos Soares
- Maria Alcina Leal Antunes
- Maria Angelina Martins Santos Madeira
- Paulo Jorge Gonçalves da Silva
- Teresa Maria Marques Ferreira

17
ed. 8
G.

b) Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

i. Por não ter apresentado a declaração que comprove de forma inequívoca que se enquadra na situação prevista no artigo 24.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e Voluntariado, aprovado pela Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro, tal como era exigido na alínea f) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Paula Sofia Miguel Gonçalves André

ii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Ana Catarina Jorge Silva
- Ana Isabel Pires Lourenço
- Carina José Oliveira Romano
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- Rui Pedro Batalha Gomes

1.3 Para o Distrito de Coimbra

O Júri constatou que deram entrada vinte e seis candidaturas.

Após análise das candidaturas o júri deliberou por unanimidade:

a) Admitir os seguintes candidatos:

- Ana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira
- Carla Maximiliana Batalha e Simões
- Cláudia Batista Gomes De Almeida
- Elsa Catarina de Oliveira Jorge
- Fernanda Maria Matos Proença
- Isabel Margarida Simões Patricio
- Lília Maria de Almeida Simões



- Luís António de Jesus Rodrigues
- Luís Filipe Paulos Soares
- Maria Helena Cortez de Oliveira
- Maria João Lopes Félix Escudeiro
- Maria Manuela Breda da Costa Louçano
- Miguel Francisco Prata de Sousa Munhós
- Paulo Jorge Gonçalves da Silva
- Paulo José Nunes dos Santos
- Teresa Maria Marques Ferreira
- Tiago Filipe da Silva Ramalho

7
cfx
R

b) Excluir os seguintes candidatos por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Ana Catarina Jorge Silva
- Carina José Oliveira Romano
- Helena Margarida Marques da Luz Sales
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- Marina Rosado Oliveira Pinto Machado
- Patrícia Néri de Sousa
- Rui Pedro Batalha Gomes
- Sandra Patrícia Cordeiro Manaia
- Susana Raquel Alves Moreira

1.4 Para o Distrito da Guarda

O Júri constatou que deram entrada vinte candidaturas.

Após análise das candidaturas o júri deliberou por unanimidade:

a) Admitir os seguintes candidatos:

- Ana Cristina Duarte Baptista
- Bárbara Daniela da Silva Fontes
- Emília Maria Gonçalves Caramelo
- Fernanda Maria Matos Proença
- Isabel Maria Carrola Pereira
- Luís Filipe Paulos Soares
- Maria Alcina Leal Antunes
- Maria Alice dos Santos Rebelo
- Maria Angelina Martins Santos Madeira
- Maria da Conceição Marques Saraiva Gomes
- Paula Rita Pombeiro Godinho



- Paulo Jorge Gonçalves da Silva
- Ricardo Manuel Teles Pereira
- Teresa da Conceição Garcia Rodrigues Soares
- Teresa Maria Marques Ferreira
- Verónica Simão Rebelo

7
EAT
[Signature]

b) Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

i. Por não comprovar ser detentor da habilitação literária exigida no ponto 8 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Pedro Rúben Cardoso de Sousa

ii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Carina José Oliveira Romano
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- Rui Pedro Batalha Gomes

1.5 Para o Distrito de Leiria

O Júri constatou que deram entrada vinte e uma candidaturas.

Após análise das candidaturas o júri deliberou por unanimidade:

a) Admitir os seguintes candidatos:

- Adérito Pereira Moreira
- Aida Cristina Reis Ferreira Paulo
- Alda Catarina Coutinho de Almeida
- Ana Paula Mendes Pimenta Correia
- Carla Sofia Laginha Correia
- Dídio Noel da Silva Nunes
- Fernanda Maria Matos Proença
- Lígia Isabel Antunes Mota
- Liliana Teresa dos Santos Luís
- Paulo Jorge Gonçalves da Silva
- Rosa Sofia Sousa Domingues
- Silvana Teresa Videira Teixeira
- Teresa Maria Marques Ferreira
- Tiago Filipe da Silva Ramalho

b) Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:



i. Por não ter apresentado a declaração que comprove de forma inequívoca que se enquadra na situação prevista no artigo 24.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e Voluntariado, aprovado pela Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro, tal como era exigido na alínea f) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Diana Sofia Costa Martins

ii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Ana Catarina Jorge Silva
- Carina José Oliveira Romano
- Hélder Gouveia Lopes Coimbra
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- Rui Pedro Batalha Gomes
- Susana Raquel Alves Moreira

1.6 Para o Distrito de Santarém

O Júri constatou que deram entrada dezanove candidaturas.

Após análise das candidaturas o júri deliberou por unanimidade:

a) Admitir os seguintes candidatos:

- Adelina Maria Moreira Ribeiro da Silva
- Ana Renata Carlos de Matos
- Carla Margarida Santos Estanqueiro
- Carla Sofia Sebastião Falcão
- Cristina Maria Pereira Gonçalves
- Dina da Silva Carvalho Vieira
- Fernanda Maria Matos Proença
- Marina Isabel Gomes da Silva
- Paulo Jorge Gonçalves da Silva
- Sara da Costa Giestinhas
- Tânia Patrícia Gomes Figueiredo
- Tiago Filipe da Silva Ramalho

b) Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

i. Por não ter junto a declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, com data posterior à publicitação do presente procedimento concursal, conforme exigido na alínea d) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Rosa Maria da Silva Oliveira



ii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Ana Catarina Jorge Silva
- Carina José Oliveira Romano
- Hélder Gouveia Lopes Coimbra
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- Rui Pedro Batalha Gomes
- Susana Raquel Alves Moreira

1.7 Para o Distrito de Viseu

O Júri constatou que deram entrada dezassete candidaturas.

Após análise das candidaturas o júri deliberou por unanimidade:

a) Admitir os seguintes candidatos:

- Fernanda Maria Matos Proença
- José Manuel Marques Oliveira
- Luís António de Jesus Rodrigues
- Luis Filipe Ferreira Jose
- Luís Filipe Paulos Soares
- Maria Alcina Leal Antunes
- Maria Alice dos Santos Rebelo
- Paulo Jorge Gonçalves da Silva
- Pedro Samuel Teixeira Camilo
- Teresa da Conceição Garcia Rodrigues Soares
- Tiago Filipe da Silva Ramalho

b) Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

i. Por não comprovar ser detentor da habilitação literária exigida no ponto 8 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Pedro Rúben Cardoso de Sousa

ii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Carina José Oliveira Romano
- Hugo Filipe Ramos Oliveira
- Joana do Carmo Mirante Frazão



- Patrícia Néri de Sousa
- Rui Pedro Batalha Gomes

2. Audiência Prévia

O júri deliberou igualmente, a fim de dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 22.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 23.º da Portaria n.º 125-A/2009, de 30 de abril, notificar os candidatos indicados na alínea b) do ponto 1 da presente Ata, por correio eletrónico, no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados para, no prazo de 10 dias úteis, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre a intenção do júri em proceder à sua exclusão do procedimento concursal.

3. Determinação do método de seleção obrigatório a aplicar a cada candidato

Analizadas as candidaturas, as respetivas declarações das funções exercidas à data de abertura do presente procedimento concursal, e considerando que os candidatos concorreram às várias unidades orgânicas existentes nos diferentes distritos, ou seja, concorreram ao distrito *per si*, logo as caracterizações dos postos de trabalho nas diversas unidades orgânicas por distrito, e a concurso, são diferentes, pelo que deliberou o Júri determinar que o método de seleção obrigatório a aplicar a todos os candidatos será a prova de conhecimentos.

4. Agendamento do método de seleção obrigatório – Prova de conhecimentos

Deliberou o Júri agendar a prova de conhecimentos para o próximo dia 17 de janeiro de 2020, pelas 10:30 horas, que terá lugar em Coimbra, em local a determinar posteriormente, sendo os candidatos admitidos notificados por correio eletrónico..

Nada mais havendo a tratar, foi elaborada a presente ata que vai ser assinada pelos membros do júri, após ter sido lida e achada conforme.

Presidente

Ana Paula Martins dos Santos
Sobral

Vogal

Maria da Conceição Coelho Rodrigues Dixe

Vogal

Cristina Nunes Figueiredo